

OBGL3.45h

EMPRESA, ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

Prof. Daniel Ferreira

EMENTA: Declaração sobre o Direito (humano) ao Desenvolvimento (ONU) e as diferentes feições do desenvolvimento “sustentável”; Desenvolvimento como liberdade (Amartya Sen). Os diferentes “desenvolvimentos” na CR; direito fundamental ao desenvolvimento e o Desenvolvimento Nacional Sustentável (DNS). Estado Social, Princípio da Subsidiariedade, Livre Iniciativa e Desenvolvimento; função social da empresa: sua importância e proteção jurídica. Intervenção do Estado e da Administração Pública no Domínio Econômico e Desenvolvimento: serviço público e atividade econômica; poder de polícia; regulação. Fomento ao DNS: políticas públicas; Processo Produtivo Básico – PPB; microempresas e empresas de pequeno porte; licitações e contratos administrativos. Controle Administrativo e Judicial da Administração Pública e do Mercado com vistas ao DNS: possibilidades e limites; ativismo judicial *versus* deferência judicial (e agências reguladoras).

BIBLIOGRAFIA

BAGNOLLI, Vicente. **Direito e poder econômico: os limites jurídicos do imperialismo frente aos limites econômicos da soberania**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado liberal ao estado social**. 9. ed. Malheiros: São Paulo, 2009.

CUEVA, Ricardo Villas Bôas. Termo de compromisso no processo administrativo sancionador do Banco Central: possibilidades e limites. In: OSÓRIO, Fábio Medina (Coord.). **Direito sancionador**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo e a dignidade da pessoa humana. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 1, n. 2, p. 260-279, 2014. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v1i2p260-279>

FERREIRA, Daniel. **A licitação pública no Brasil e sua nova finalidade legal: a promoção do desenvolvimento nacional sustentável**. Belo Horizonte: Fórum, 2102.

FERREIRA, Daniel. Infrações e sanções administrativas: panorama geral. *In Enciclopédia Jurídica da PUCSP*, tomo II. 2. ed. São Paulo: PUCSP, 2022, v. II, p. 1-34. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/107/edicao-2/infracoes-e-sancoes-administrativas>

FERREIRA, Daniel. O papel do Estado e da Administração Pública em relação às liberdades fundamentais na sociedade global, tecnológica e de risco: possibilidades, limites e controle. In: GOMES, Carla Amado; NEVES, Ana Fernanda; NETO, Eurico Bitencourt (Orgs.). **A prevenção da corrupção e outros desafios à boa governação da Administração Pública**. Lisboa: FDUL, 2017. p. 189-221. Disponível em: <https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/15804/view>

FERREIRA, Daniel. **Sanções administrativas**. São Paulo: Malheiros, 2001.

FERREIRA, Daniel. **Teoria geral da infração administrativa a partir da Constituição Federal de 1988**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FERREIRA, Daniel; PIRES, Luis Manuel Fonseca. Infrações e sanções administrativo-sanitárias em tempos de COVID-19: possibilidades, limites e controle. In: DAL POZZO, Augusto Neves; CAMMAROSANO, Márcio. (Org.). **As implicações da COVID-19 no Direito Administrativo**. 1ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, v. 1, p. 465-479.

FERREIRA, Daniel; REIS, Luciano Elias. Contratações públicas inovadoras como reforço à promoção do desenvolvimento nacional sustentável. In: **Direito Administrativo e Inovação: crises e soluções**. 1 ed. Curitiba: Editora Íthala, 2022, v.1, p. 169-182.

FERREIRA, Daniel; REIS, Luciano Elias. (Re)inserção social e acesso ao trabalho digno por meio de contratos administrativos no Brasil pós-pandêmico. In: **O Direito Administrativo do pós-crise**. 1 ed. Curitiba: Editora Íthala, 2021, v.1, p. 163-178.

FREIRE, André Luiz. Responsabilidade patrimonial na atividade administrativa de fomento. In: SPARAPANI, Priscilia; ADRI, Renata Porto (Coord.). **Intervenção do Estado no domínio econômico e no domínio social**: homenagem ao professor Celso Antônio Bandeira de Mello. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p.161-188.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Revista Ambiente & Sociedade – ANPPAS**, São Paulo, ano 4, n. 9, 2º sem. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2001000900007>.

GABARDO, Emerson. **Interesse público e subsidiariedade**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

GOMES, Magno Federici; ALVES, Amanda Rodrigues. O poder de polícia e a liberdade de locomoção: estado de necessidade administrativo em tempos de pandemia ambiental. **Rev. Direito Adm.**, Rio de Janeiro, v. 282, n. 1, p. 173-201, jan./abr. 2023. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

HACHEM, Daniel Wunder. Direito fundamental ao serviço público adequado e capacidade econômica do cidadão: repensando a universalidade do acesso à luz da igualdade material. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 14, n. 55, jan./mar. 2014. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

HEINEN, Juliano. Regulação experimental ou sandbox regulatório – compreensões e desafios. *Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba*, v. 68, n. 1, p. 113-136, jan./abr. 2023. <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v68i1.85389>

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Finalidades e fundamentos da moderna regulação econômica. **Fórum Administrativo - Direito Público - FA**, Belo Horizonte, ano 9, n. 100, jun. 2009. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

MENDONÇA, Maria Lírida Calou de Araújo e; HOLANDA, Marcus Mauricius. A Administração Pública Municipal como Fomentadora do Desenvolvimento Social e Econômico. **Seqüência** (Florianópolis), n. 74, p. 207-232, dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2016v37n74p207>

MASCARENHAS, Fábio Sampaio; MENEZES, Daniel Francisco Nagao. Financeirização, acumulação por espoliação e desigualdades sociais e regionais: a concentração de investimentos do BNDES no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **Direitos Fundamentais & Justiça**, Belo Horizonte, ano 14, n. 42, p. 455-484, jan./jun. 2020. <https://doi.org/10.30899/dfj.v14i42.739>

MODESTO, Paulo. Reforma do Estado, Formas de Prestação de Serviços ao Público e Parcerias Público-Privadas: demarcando as fronteiras dos conceitos de serviço público, serviços de relevância pública e serviços de exploração econômica para as parcerias público-privadas. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, nº. 2, maio-jun-jul, 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>.

MOREIRA, Egon Bockmann. Passado, presente e futuro da regulação econômica no Brasil. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**, Belo Horizonte, ano 11, n. 44, p. 87-118, out./dez. 2013. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006.

OLIVEIRA, Paulo Augusto de. Regulação e o direito administrativo da escassez. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, Belo Horizonte, ano 14, n. 52, p. 97-117, jan./mar. 2016. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

PIRES, Luis Manuel Fonseca. **Controle judicial da discricionariedade administrativa**: dos conceitos jurídicos indeterminados às políticas públicas. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

PANSIERI, Flávio. A liberdade como direito fundamental ao desenvolvimento. **Direitos Fundamentais & Justiça**, Belo Horizonte, ano 12, n. 38, p. 239-263, jan./jun. 2018. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Cortez, 2007.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Regulação e desenvolvimento. In: SALOMÃO FILHO, Calixto (Coord.). **Regulação e desenvolvimento**. São Paulo: Malheiros, 2002.

SCHIER, ADRIANA DA COSTA RICARDO. **Regime jurídico do serviço público**: garantia fundamental do cidadão e proibição de retrocesso social. 224 f. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Setor de Ciências de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp143672.pdf>>.

SCHNEIDER, Yuri; SILVA, Rogério Luiz Nery da. O reflexo das crises interconectadas do Estado contemporâneo na transformação dos direitos humanos fundamentais sociais. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 16, n. 63, p. 137-164, jan./mar. 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; MORAIS, Fausto Santos de; TENA, Lucimara Plaza. O papel emancipador do direito em um contexto de linhas abissais e algoritmos. **Pensar**, Fortaleza, v. 27, n. 1, p. 1-14, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/12058/6780>

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VITTA, Heraldo Garcia. **A sanção no direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2003.

WEDY, Gabriel. Desenvolvimento sustentável como direito fundamental e o princípio da dignidade da pessoa humana. **Direitos Fundamentais & Justiça**, Belo Horizonte, ano 12, n. 38, p. 195-224, jan./jun. 2018. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)